

# Vereador quer saber se os prédios públicos de Mauá têm segurança

Sargento Simões diz que Prefeitura se recusa a mostrar licenças e laudos; governo garante que estabelecimentos seguem os padrões legais

DANIEL TOSSATO  
danieltoossato@dgabc.com.br

O MP-SP (Ministério Público de São Paulo) recebeu denúncia, encaminhada pelo vereador de oposição Sargento Simões (Avante), de que prédios públicos em Mauá estariam funcionando sem condições adequadas de segurança – inclusive com a ausência do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros). A Prefeitura rebate a acusação, argumentando que imóveis têm “as condições necessárias para o bom atendimento aos munícipes”.

Sargento Simões conta que decidiu levar a questão para a Promotoria porque a administração não atendeu a sua solicitação de apresentar a licença de ocupação e o AVCB dos estabelecimentos municipais, entre outros laudos. “Foram apresentados três requerimentos e não nos foram encaminhados documentos que comprovem



FISCALIZAÇÃO. Sargento Simões ficou sem resposta sobre laudos de segurança dos prédios públicos

que os prédios estão de acordo com a legislação vigente”, justificou o vereador.

Segundo o denunciante, a Lei Orgânica do Município exige que os imóveis públicos te-

nam AVCB, Habite-se, laudos de vistoria da Vigilância Sanitária, licença ambiental e outras licenças conforme sua atividade fim. Ele solicitou à Prefeitura cópia de todos os do-

documentos, mas não teria sido atendido.

A Prefeitura afirma possuir sob sua tutela “mais de 120 imóveis” nas áreas de saúde, educação, assistência social e

demais serviços. “Em todos eles são garantidas as condições necessárias para o bom atendimento aos munícipes”, garante o governo em nota encaminhada ao jornal.

Sargento Simões alega que o Paço exige a documentação dos comerciantes de maneira veemente, mas se esquece de aplicar o mesmo rigor aos seus próprios prédios. “A Prefeitura tem se exacerbado na cobrança dos documentos dos proprietários, cobrando de forma agressiva”, afirma o legislador.

Falta sensibilidade à administração, segundo avaliação de Sargento Simões: “A gestão esquece que a cidade teve crescimento desordenado. Muitos donos de comércios passaram a abrir os estabelecimentos em suas próprias casa, seja em uma garagem ou até mesmo em uma casa dos fundos”.

Comerciantes ouvidos pelo Diário, que só aceitaram conversar sob condição de anoni-

mo, por temer represálias, confirmaram o método denunciado pelo vereador, de que fiscais da Prefeitura estariam agindo com agressividade e desconsiderando os apelos para a concessão de mais tempo para regularização dos prédios comerciais.

O governo nega as acusações de truculência e falta de diálogo feitas por vereador e comerciantes. “A administração pública exige tão somente o que está previsto na legislação municipal”, informa a Prefeitura quando questionada pela equipe do Diário.

Sargento Simões espera que o MP obrigue o governo do prefeito Marcelo Oliveira (PT) a apresentar os documentos que atestem as condições de funcionalidade e segurança de todos os próprios municipais. Segundo o vereador, o requerimento foi protocolado na Promotoria na terça-feira. Não há prazo para manifestação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3